

EDITAL N.º I/147518/16/CMP
Processo NUD I/131701/15/CMP

António Manuel Nunes de Sá Codeço, Chefe da Divisão Municipal de Fiscalização de Obras Particulares, torna público que, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 121.º e 122.º, do CPA - Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, conforme consta da informação n.º I/147067/16/CMP, de 09/05/2016, por despacho datado de 12/05/2016, da Senhora Diretora do Departamento Municipal de Fiscalização, Cristina Maria Alves Douteiro, no uso da competência delegada pelo Presidente da Câmara conforme a Ordem de Serviço n.º I/196361/13/CMP de 12/11/2013, foi determinada a notificação dos interessados desconhecidos, da intenção desta Câmara lhes ordenar a **demolição total da obra ilegal e reposição do terreno nas condições em que este se encontrava antes da data do início das obras**, para integral reposição da legalidade urbanística do local, designadamente no que se refere à obra ilegal efetuada no terreno sito à Rua das Cavadas, sem número de polícia, do lado direito do prédio com entrada pelo n.º 355, confrontando a sul com a Via de Cintura Interna, em virtude de a mesma ter sido realizada sem o necessário controlo prévio municipal, em violação da alínea c), do n.º 2.º, do artigo 4.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atualizada.

Descrição dos trabalhos a realizar para reposição do local em conformidade para com as suas condições originais:

1. Remoção da estrutura metálica, com cerca de 50,0m² de área e uma altura aproximada de 3,5m, em perfis metálicos de cor branca, encerrada por paredes em chapas de vidro de grandes dimensões e telhado em painel metálico, com isolamento térmico incorporado;
2. Remoção da laje de pavimento, em betão, onde se encontra cravada a construção mencionada no ponto anterior;
3. Remoção das várias redes de infraestruturas da futura construção já pré-instaladas no local e
4. Remoção do muro que confronta com o passeio pedonal público adjacente, em blocos de cimento, e caixas de contadores aí instaladas.

No final dos trabalhos supramencionados deverá ser removido do local todo o entulho decorrente da realização dos mesmos, devendo garantir-se o seu transporte a vazadouro legalmente autorizado para o efeito.

Assim, fica o proprietário/infrator notificado de que:

- a) **Dispõe do prazo de 15 (quinze) dias úteis para se pronunciar** acerca do conteúdo do presente projeto de decisão, no âmbito do processo de fiscalização acima indicado e que
- b) A ausência de pronúncia, acerca do conteúdo do mesmo, determinará que seja ordenada reposição voluntária da legalidade urbanística do local.

Para constar se lavraram Editais que serão afixados no GM - Gabinete do Município e no local.

Porto, 16 de maio de 2016.

O Chefe da Divisão Municipal de Fiscalização de Obras Particulares



(António Codeço)